

ECOFEMINISMO: GÊNERO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

ECOFEMINISM: GENDER AND ENVIRONMENT IN THE BRAZILIAN CONTEXT

ECOFEMINISMO: GÉNERO Y MEDIO AMBIENTE EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

Conceição Cavalcante¹
Dirceu Cadena²

Resumo

Este trabalho resulta de uma dissertação de mestrado que investiga as interações entre gênero e meio ambiente, com foco especial no ecofeminismo e na justiça ambiental. O objetivo central é analisar a participação das mulheres em movimentos ambientais no Brasil, com ênfase na região Nordeste. Como objetivos específicos, propõe-se: examinar a relação entre gênero e meio ambiente; identificar lideranças femininas nos movimentos ambientais e avaliar a contribuição da participação das mulheres nas lutas em defesa do meio ambiente. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, visando aprofundar a compreensão sobre a interface entre gênero e meio ambiente, bem como analisar as principais mobilizações ambientais protagonizadas por mulheres no Brasil e no Nordeste. Historicamente, diversas lideranças femininas desempenharam papéis fundamentais em importantes movimentos de luta ambiental no país. Suas atuações foram decisivas na defesa dos territórios, na proteção dos recursos naturais e na construção de um diálogo mais estreito entre as questões de gênero e a agenda ambiental.

Palavras-chave: feminismo; natureza; ativismo.

Abstract

This paper is the result of a master's dissertation that investigates the interrelations between gender and the environment, with a particular focus on ecofeminism and environmental justice. The main objective is to analyze women's participation in environmental movements in Brazil, with an emphasis on the Northeast region. The specific objectives include: examining the relationship between gender and the environment; identifying female leadership within environmental movements; and assessing the contribution of women's participation in struggles for environmental protection. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review, aiming to deepen the understanding of the gender-environment interface and to analyze the main environmental mobilizations led by women in Brazil and in the Northeast. Historically, various female leaders have played fundamental roles in significant environmental movements across the country. Their actions have been crucial in defending territories, protecting natural resources, and fostering a closer dialogue between gender issues and the environmental agenda.

Keywords: Feminism; nature; activism.

Resumen

Este trabajo es el resultado de una tesis de maestría que investiga las interrelaciones entre género y medio ambiente, con especial énfasis en el ecofeminismo y la justicia ambiental. El objetivo central es analizar la participación de las mujeres en los movimientos ambientales en Brasil, con énfasis en la región Nordeste. Como objetivos específicos, se propone: examinar la relación entre género y medio ambiente; identificar liderazgos femeninos en los movimientos ambientales; y evaluar la contribución de la participación de las mujeres en las luchas en defensa del medio ambiente. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en un levantamiento bibliográfico, con el fin de profundizar la comprensión sobre la interfaz entre género y medio ambiente, así como analizar las principales movilizaciones ambientales protagonizadas por mujeres en Brasil y

¹ Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Pici. E-mail: c.cavalcante321@gmail.com.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Pici. E-mail: dirceucadena@gmail.com.

en el Nordeste. Históricamente, diversas lideresas han desempeñado papeles fundamentales en importantes movimientos de lucha ambiental en el país. Sus actuaciones fueron decisivas en la defensa de los territorios, en la protección de los recursos naturales y en la construcción de un diálogo más estrecho entre las cuestiones de género y la agenda ambiental.

Palabras clave: feminismo; naturaleza; activismo.

1 Introdução

Ao analisar a história das mulheres, é indispensável compreender sua relação com a natureza sob diversas perspectivas: seja a natureza vista como um ambiente de vivências e manutenção da vida, ou como uma justificativa biológica usada para sustentar relações de poder e opressão sobre as mulheres (Angelin, 2014). Na associação da temática mulher e dominação da natureza, surgiu, na década de 1970, o feminismo ecológico quando Françoise d'Eaubonne utilizou o termo “*ecological feminism*” — que publicou na ocasião o livro “*Le féminisme ou la mort*” (O feminismo ou a morte) — para afirmar o potencial das mulheres na revolução ecológica. Tal movimento apresenta várias vertentes, mas ao final propõe um feminismo alternativo que contemple o aspecto ecológico (Rosendo, 2012).

Como parte do movimento por justiça ambiental³, o ecofeminismo “busca associar a opressão que a humanidade exercia sobre a natureza à forma desigual com que os homens tratavam as mulheres” (Warren, 1998, p. 214). Colerato (2023) também define ecofeminismo como a junção de teorias e práticas que tem como principal objetivo o estabelecimento das relações entre a dominação das mulheres, da natureza e dos seres não humanos chamados de outros. O movimento analisa como todas as opressões estão correlatadas, partindo do princípio de que a lógica que sustenta a opressão das mulheres é a mesma que provoca a destruição ambiental: a opressão e exploração do patriarcado.

Segundo Rosendo (2012), o movimento feminista associado ao ecológico vai de encontro com a exaltação da “característica feminina” que é o cuidado, ao contrariar a concepção de que a essência da mulher fosse a de ser a cuidadora e, por isso, mais próxima da natureza. O que se aproxima é o fato de que a mulher conhece também essa posição imposta de ser “abaixo”, de ser menos valorizada, de sofrer essa discriminação e, assim, possibilita o reconhecimento de formas de opressão para além do gênero. Mesmo considerado um termo recente, o impulso por trás de lutas ecofeministas sempre conduziram os esforços das mulheres para salvar seu sustento e manter suas comunidades em segurança (Mies; Shiva, 2021).

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a participação feminina em movimentos de cunho ambiental no contexto nacional, com ênfase na região Nordeste. Como objetivos

³ De acordo com Acselrad (2009), esse conceito é definido como mobilizações sociais que buscam combater a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, bem como garantir o acesso equitativo aos recursos naturais e à participação social nas decisões ambientais.

específicos, propõe-se: examinar a relação entre gênero e meio ambiente; identificar lideranças femininas nos movimentos ambientais e avaliar a contribuição das mulheres nas lutas em defesa do meio ambiente.

No Brasil, diversas figuras femininas protagonizaram importantes movimentos de luta ambiental. Suas atuações foram fundamentais para a defesa dos territórios, a proteção dos recursos naturais e a integração das questões de gênero à agenda ambiental. No Nordeste, por exemplo, com destaque para os conflitos relacionados à questão agrária, muitas mulheres se tornaram reconhecidas por sua militância em prol do direito à terra, da defesa dos recursos ambientais, do reconhecimento dos territórios e da qualidade ambiental. Observa-se, ainda, uma estreita correlação entre essas lutas e a temática de gênero.

2 Material e método

Quanto à abordagem metodológica, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque exploratório. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, com a análise de documentos e estudos relacionados às questões de gênero e meio ambiente, com ênfase no movimento ecofeminista. Buscando identificar as principais lideranças femininas que se destacaram na luta ambiental no Brasil, realizou-se um levantamento de informações sobre os principais movimentos da pauta ambiental protagonizados por mulheres no país. As fontes de pesquisa incluíram as plataformas Google Acadêmico e SciELO, além de conteúdos disponibilizados por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que oferecem contribuições relevantes para o entendimento da atuação feminina nas lutas ambientais. Deu-se ênfase, especialmente, a trabalhos cuja área de pesquisa se concentra na região Nordeste do Brasil.

3 Resultados e discussão

A organização de mulheres em movimentos específicos que discutem suas pautas, tem como intuito desenvolver a formação política, criar campos de ações e reflexões para lutar por autonomia e a desconstrução de uma sociedade patriarcal baseada na exploração-opressão (Araújo, 2022). Esmeraldo afirma que esse campo de força se faz quando há a “conscientização de si, com a formação política entre mulheres, com acúmulo de aprendizados para um agir em seu próprio nome, com pensar e fazer de forma autônoma, com a consciência dos direitos de mulher” (2011, p. 124).

Como afirma Colerato, “a história do ecofeminismo pode ser encontrada em uma vasta gama de movimentos de mulheres” (2023, p. 18), pois são vários os exemplos das lideranças ambientais e sociais encampadas por elas. Tem-se o exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas, além de suas participações no Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Movimentos de Atingidos por Barragens, nas lutas quilombolas e indígenas (Araújo, 2022). Salienta-se que as mulheres citadas a seguir não são mais importantes ou únicas, apenas elucidam os respectivos temas de grande relevância (Albuquerque *et al.*, 2017).

No Brasil, identificaram-se importantes movimentos de caráter ambiental dos quais as mulheres fizeram parte. A princípio, no âmbito nacional, em Abunã (Rondônia), destaca-se a história de luta de Nicinha (*in memoriam*), uma importante liderança regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A ativista ambiental foi uma voz ativa na luta contra as violações de direitos humanos decorrentes da construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Ela reivindicava o direito ao reassentamento de seu distrito para um local seguro, escolhido pela própria comunidade, e que o seu projeto respeitasse os modos de vida das famílias atingidas, com garantia da restauração de suas formas de reprodução material e simbólica.

Nicinha (Figura 1) também denunciou a formação do reservatório da hidrelétrica sobre áreas de florestas, o que resultou na morte de quilômetros de árvores, incluindo espécies essenciais para as famílias extrativistas, como a castanheira e o açaí. Além disso, ela destacou os impactos negativos sobre as atividades pesqueiras das populações ribeirinhas afetadas pela obra. Durante anos, Nicinha trouxe à tona, perante o poder público, as repetidas violações de direitos praticadas durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau, uma obra promovida pelo Governo Federal (Movimento dos Atingidos por Barragem, 2016).

Figura 1: Liderança Nicinha



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragem (2016).

Especialmente no Nordeste, a porta que se abriu para as mulheres foi a da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A experiência acumulada nas pastorais serviu de laboratório para a atuação política das mulheres na luta pela terra. A partir da ocupação desse espaço elas passaram a disputar os sindicatos e outras instituições de representação de classe, a exemplo de Margarida Maria Alves, eminente líder sindical nas décadas de 1960 e 1970, assassinada em 1983. Margarida (Figura 2) tornou-se ícone da luta das mulheres camponesas e, em sua homenagem, o seu nome é utilizado como chamamento para o importante ato político denominado Marcha das Margaridas, organizado pela CONTAG (Batista, 2023).

Figura 2: Margarida Alves discursando para os trabalhadores



Fonte: Araújo (2022).

Margarida Alves foi um símbolo da luta das mulheres camponesas. Assassinada na porta de casa na frente de seus filhos e do marido, a sindicalista paraibana é lembrada por sua atuação sindical e frases de resistência como “da luta eu não fujo”, imortalizada nas paredes da casa onde morava que, atualmente, tornou-se um museu. Em discurso proferido três meses antes ao dia de sua morte, em comemoração ao 1º de maio, anunciou aquela tragédia que marcou a história da luta das mulheres camponesas: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Sua trajetória de resistência e defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, inspirou a Marcha das Margaridas (Silva, [s. d.]).

No Ceará, o ativismo ambiental concentrou-se na luta pela terra que atingiu o ápice nas décadas de 1970 e 1980, quando eclodiram conflitos em vários municípios do Estado. Os camponeses, apoiados por sindicatos, ONG's e pelas Comunidades Eclesiais de Base começaram a questionar judicialmente os seus direitos e lutar contra a expropriação e a fome (Diniz, 2009). Com o apoio de organizações institucionais e eclesiásticas, as comunidades rurais fortaleceram sua unidade na luta agrária. Dentro desse contexto, as mulheres rurais cearenses participaram ativamente, emergindo como contribuidoras-chave e desenvolvendo seus papéis como ativistas.

Mota (2006) disserta que no Estado os movimentos da luta agrária pelas mulheres rurais tomaram visibilidade a partir do ano de 1986 com a criação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará (MMTR-CE), originado nos movimentos eclesiais de base da Igreja católica, apoiado pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), que se fortaleceu, ao longo dos anos, organizados em entidades representativas do movimento sindical rural e dos movimentos sociais do campo, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A militância das mulheres, derivada da necessidade, se tornou uma das características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mesmo enfrentando disputas internas, as mulheres camponesas encontraram, nesse movimento, um espaço para revelar o seu potencial político (Diniz, 2009).

Maria Lima (Figura 3), mãe de 15 filhos e militante de causas populares desde 1989, foi uma das mulheres pioneiras que levantaram a primeira bandeira do Movimento no Ceará. Verdadeira herdeira de muitas lutas, foi uma guerreira que nunca se curvou diante da injustiça, da fome ou da exploração dos latifundiários. Considerada uma das matriarcas da luta pela terra no Ceará, seu cotidiano foi marcado pela determinação e coragem. Ela ousou lutar e semear as sementes da liberdade na vida de inúmeros camponeses que antes não viam perspectiva de um futuro livre da opressão dos patrões. Maria Lima participou do 1º Encontro Nacional do MST, realizado em Curitiba, Paraná, em 1984, e, a partir daquele momento, teve papel fundamental na organização da vinda de militantes para realizar o trabalho de base e consolidar o Movimento no estado (Oliveira, 2020).

Figura 3: Maria Lima em participação no encontro das matriarcas do MST

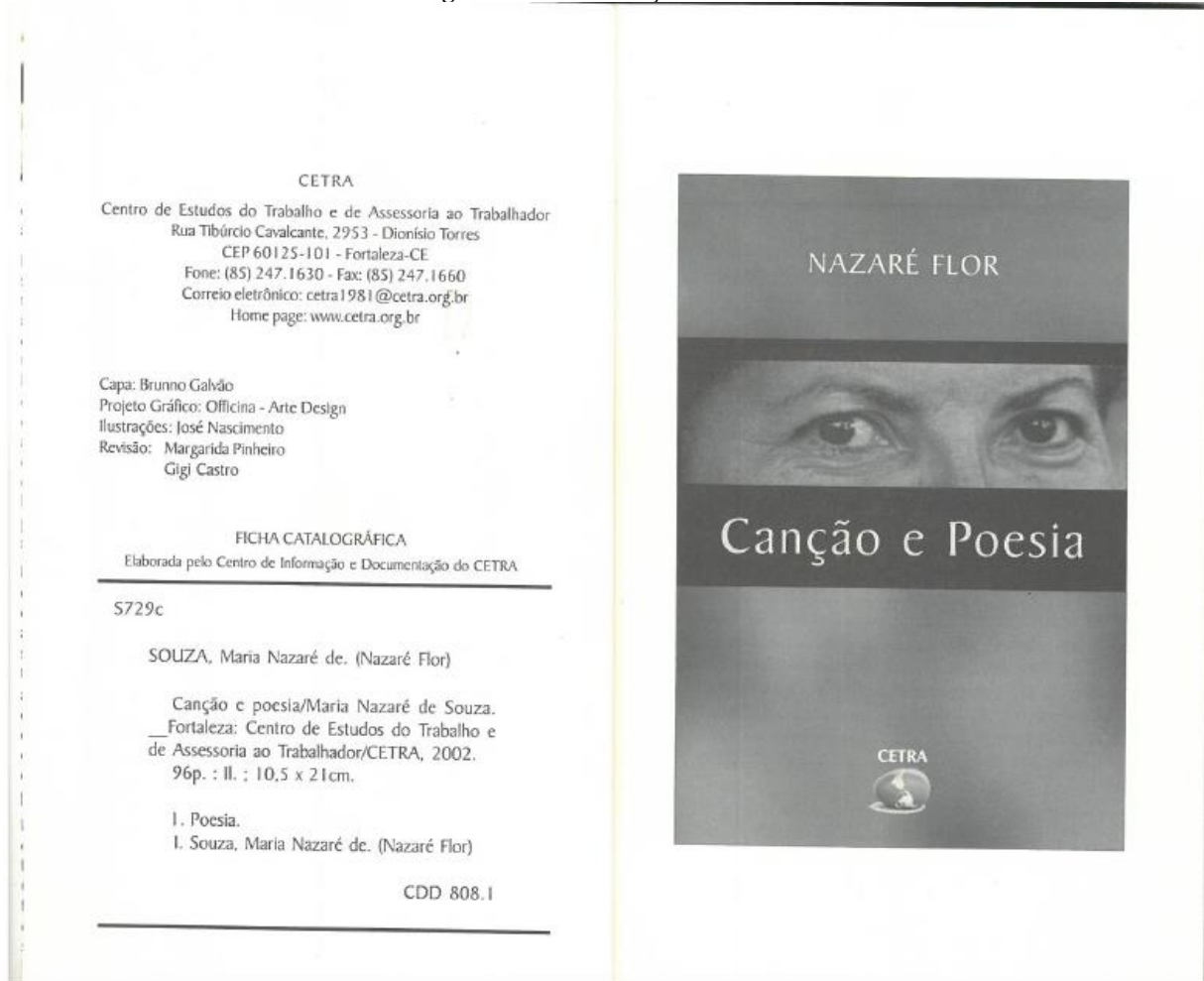


Fonte: Oliveira (2020).

Outro exemplo na conjuntura estadual, especialmente no Assentamento Maceió localizado na cidade de Itapipoca, foi Maria Nazaré de Souza (1952-2007), mais conhecida como Nazaré Flor. Ela foi uma figura central na conexão do movimento que integra a questão ambiental com a de gênero. A militante e poeta, juntamente com outras mulheres, desafiaram as estruturas capitalistas patriarcais em suas lutas pelo direito à terra no processo de conquista do Assentamento Maceió, presente no litoral cearense.

Além de sua participação em diversos movimentos, nos quais denunciava conjuntamente as problemáticas ambiental e de gênero, Nazaré também foi autora de um importante livro de poemas intitulado “*Canção e Poesia*” (Figura 4). Na obra, por meio de diversos poemas, ela retratou o conflito ambiental que intensificou-se no território atualmente denominado Assentamento Maceió. Mesmo após sua partida, ela é referência feminina nos debates sobre questões ambientais e de gênero na região.

Figura 4: Livro “Canção e Poesia”



Fonte: Elaboração própria (2025).

Nazaré sempre externou seus sonhos, sua vontade de ver o mundo justo para todas as pessoas, em especial para aquelas que vivem em situação de desigualdade. Foi uma mulher do mar e da terra que conquistou o seu lugar por meio da luta organizada. Teve outros ofícios e múltiplas tarefas: costureira, animadora comunitária, alfabetizadora, liderança feminina, mãe, dona de casa e, como toda mulher, soube o quão difícil foi conciliar tantas responsabilidades — inclusive as criações poéticas para as quais reservou algum tempo de sua jornada (CETRA, 2000).

Figura 5: Nazaré Flor



Fonte: Batista (2019).

Filha de agricultor e Sem Terra, casada com pescador, mãe de um casal de filhos do coração, enfrentou a luta pela Reforma Agrária na terra onde viveu com seus antepassados. Com a terra conquistada, a luta focou nas políticas públicas de atendimento às necessidades da população local com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Foi na educação que conseguiu aumentar sua escolaridade, ao concluir os cursos supletivos de primeiro e segundo grau. Levou a vida entre a luta pela sobrevivência, os cuidados com a casa e com a família e a luta pela transformação de uma sociedade que eliminasse todas as formas de exclusão social, assim como a discriminação contra as mulheres. Nesse sentido, foi engajada no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste MMTR/NE, por acreditar que as trabalhadoras rurais podem ser protagonistas de sua história e conquistar espaços públicos e seu empoderamento a partir de seus próprios saberes, da ampliação de conhecimentos e da elevação da autoestima (CETRA, 2000).

Diniz (2009) aborda que foram essas experiências que incitaram as mulheres camponesas a atuarem politicamente de forma mais sistemática, a partir da organização em associações, sindicatos e movimentos sociais específicos de gênero. A inserção delas nesses espaços, dominados majoritariamente pelos homens, possibilitou a tomada de consciência sobre sua condição de mulher. Considerada a “primeira ‘descoberta’ no movimento: de ser gente e ser trabalhadora (pobre), mas com valor; a segunda é de ser mulher também com valor. Ser mulher trabalhadora rural significa sentir-se como tal” (Mota, 2006, p. 347). Diante disso, a participação nos espaços do movimento evidencia uma ruptura com a condição de mulher, que era antes vista somente como colaboradora nas atividades agrícolas e restrita às atividades domésticas (Silva, [s.d]).

Portanto, a participação nos movimentos sociais é educativa. A presença de mulheres no trabalho do campo e no MST propicia a construção de uma nova visão de mundo e de si mesmas, a partir de suas vivências e no seu modo de interagir entre si e na prática de sua organização como movimento social (Carvalho *et al.*, 2021). É nítido que as mulheres ocupam papéis importantes e estratégicos na luta do MST, Esmeraldo (2007, p. 10) afirma que:

Mulheres lideram trabalhadores em ocupação de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamento com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marcha pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos: compõem comissões de reivindicações junto ao poder público; deslocamento de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais, para a construção de movimentos de caráter internacional com a Via Campesina, dentre outros.

A luta das mulheres camponesas tem se dado tanto pela resistência cotidiana, na reprodução dos seus modos de vida, quanto pelo engajamento político. É uma luta pela terra, pelo meio ambiente e, sobretudo, contra o capitalismo. Ao enfrentarem uma ameaça por vez, as mulheres camponesas dizem não aos agrotóxicos, ao desmatamento e à monocultura. Entretanto, a origem dos conflitos que estão em questão é a propriedade privada da terra, base de sustentação do agronegócio na América Latina — realidade material que molda a vida dessas mulheres (Batista, 2023). Como afirma Sales (2007, p. 437):

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

A inclusão das mulheres nos espaços sociais e políticos e nos assentamentos rurais, representa uma autonomia social que permite a construção da identidade coletiva das mulheres camponesas e, sobretudo, a transformação dos cenários de participação feminina nas lutas ambientais e por Reforma Agrária. Uma luta germinada no bojo das lutas feministas contra as relações de desigualdades que marcam a vida das mulheres e a defesa dos seus direitos. A luta camponesa, assim como as lutas urbanas, teve papel central no processo de redemocratização do país, um processo de tensão e encontros, reflexo do acúmulo histórico das injustiças sociais e segregações na construção da sociedade brasileira (Silva, [s.d]).

Portanto, observa-se que, no Brasil, especialmente na região Nordeste, entre as décadas de 1960 e 1990, muitos movimentos de caráter ambiental contaram com a participação ativa de mulheres ou foram liderados por elas. A força, a resistência e a sólida

organização comunitária, sobretudo entre as mulheres do campo, foram fundamentais nas lutas ambientais, resultando na defesa dos recursos naturais, na conquista pela terra, na promoção da sustentabilidade e, sobretudo, na valorização da importante conexão entre as questões ambiental e de gênero.

4 Considerações

A organização feminina em busca de objetivos comuns sempre esteve presente ao longo da história das sociedades. As mulheres desempenharam papéis fundamentais de luta, resistência e participação em ações de grande relevância social e ambiental. No contexto ambiental, destaca-se a atuação das mulheres na luta agrária, na defesa dos territórios, na preservação de seus modos de vida e na promoção ao uso sustentável dos recursos ambientais.

As ações das organizações femininas na defesa de seus territórios e na resistência às problemáticas ambientais revelam uma forma de resistência ampliada. Para além da oposição à problemática ambiental, essas mulheres relacionam o debate de gênero em suas lutas. A organização coletiva tem sido, dessa forma, uma importante ferramenta de resistência e afirmação feminina, fortalecendo a defesa do meio ambiente e igualdade de gênero.

No Brasil, a região Nordeste tem se destacado por contar com importantes lideranças femininas que protagonizaram ou participaram de grandes movimentos em defesa do meio ambiente. Paralelamente à sua atuação nas lutas ambientais, essas mulheres também levantaram o debate sobre a questão de gênero. Conforme apontam os estudos ecofeministas: gênero e meio ambiente estão profundamente interligados, considerando que grande parte das mobilizações ambientais tem contado com a ativa militância de mulheres.

Dessa forma, propõe-se que futuras pesquisas na área ambiental reconheçam e aprofundem a relação entre gênero e meio ambiente, superando a tendência predominante de abordagens conservadoras e restritas. A análise da participação das mulheres em movimentos ambientais revela que estudar a luta ambiental significa também compreender o movimento feminista de base ecológica.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBUQUERQUE, L.; BARBIERI, I. B.; FELTRIN, C. Justiça ambiental e conflitos socioambientais: uma questão de gênero? **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2017. Disponível

em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3076>. Acesso em: 27 mai. 2024.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v9n3.p1569-1597>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6751>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ARAÚJO, B. D. X. de. **A agroecologia tem rosto de mulher**: as experiências das mulheres camponesas do município do Crato – Ceará e suas estratégias para enfrentar a fome. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71553>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BATISTA, W. Documentário revisita o legado da cearense Nazaré Flor, agricultora fonte de inspiração feminina. **Verso, Diário do Nordeste**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/documentario-revisita-o-legado-da-cearense-nazare-flor-agricultora-fonte-de-inspiracao-feminina-1.2081588>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BATISTA, M. A. da S. **Resistências e protagonismos das mulheres camponesas no sertão do Ceará**. 2023. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74769>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARVALHO, S. M. G. *et al.* Mulheres camponesas, lutas e aprendizados no Acampamento Zé Maria do Tomé – Ce. **Revista Educação Inclusiva**, edição especial, v. 4, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/469>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR – CETRA. **Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Assentamento Maceió**. Itapipoca, Projeto Lumiar/CETRA, 2000.

COLERATO, M. P. **Crise climática e Antropoceno**: perspectivas ecofeministas para liberar a vida. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39337>. Acesso em: 3 abr. de 2024.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/agroambiente/article/view/355>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ESMERALDO, G. G. S. L. A produção de um devir minoritário em Mulheres Sem Terra. *In: SEMINÁRIO NACIONAL “MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA”*, 2., 2007, Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais, UFSC. **Anais [...]**, UFSC, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gema_esmeraldo.pdf. Acesso em 14 jan. 2025.

ESMERALDO, G. G. S. L. Mulher rural no Brasil: estratégias para o reconhecimento de

ofícios e ação política. **Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 2, p. 122-138, 2011.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Tradução: Caroline Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021. 504 p. ISBN: 978-65-990446-7-0.

MOTA, M. D. B. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, E. F; HEREDIA, B; MENACHE, R. (org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6366>. Acesso em: 15 jan. 2025. p. 339-353.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos condena assassinato de Nicinha. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, 4 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/comiss-interamericana-direitos-humanos-condenaassassinato-nic>. Acesso em: 17 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. Mãos que constroem histórias de luta e resistência pela terra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/14/maos-que-constroem-historias-de-luta-e-resistencia-pela-terra/>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ROSENDO, D. **Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Curso de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103388>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SILVA, I. P. da. **Como marcham as Margaridas: atuação das mulheres camponesas em defesa da reforma agrária**, [s.d]. Disponível em: trabalho_submissaoId_1556_15565cca92bb34f99.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

WARREN, K. J. (ed.) The Power and the Promise of Ecological Feminism. In: ZIMMERMANN, M. *et al.* (Orgs.) **Environmental Philosophy**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998, p. 325-344.

Data de submissão: 21/06/2025

Data de aceite: 14/08/2025